

PABLO STOLZE GAGLIANO
RODOLFO PAMPLONA FILHO

NOVO CURSO DE
**DIREITO
CIVIL**

DIREITO DE FAMÍLIA

14^ª edição
revista, ampliada e atualizada

2024

saraiva *jur*

6

tratam das recentes questões envolvendo alimentos gravídicos, guarda compartilhada, síndrome de alienação parental e o novo divórcio introduzido pela Emenda Constitucional n. 66/2010, para, ainda, apresentarem “As Perspectivas Ilimitadas do Direito de Família”, tudo com a simpatia e elegância usual de seus escritos, em suas aulas e exposições.

Somos, assim, agraciados por apadrinhar este novo filho de Pablo Stolze Gagliano e Rodolfo Pamplona Filho, e deixamos aqui o largo abraço aos pais desta bela e sadia criança, com o pressentimento de que esta obra vem para iluminar as reflexões de todos aqueles envolvidos com o Direito de Família, dos mais apaixonados e dedicados, àqueles curiosos e iniciantes.

Ab imo cord,

Francisco José Cahali

Professor do Mestrado e do Doutorado
em Direito da PUC-SP

Agradecimentos	VII
Nota de Abertura.....	IX
Nota dos Autores	XIII
Apresentação da Primeira Edição	XV
Prefácio à Primeira Edição.....	XV

Capítulo I
Introdução ao Direito de Família

1. Proposta da obra.....	1
2. Conceito de família ou conceitos de famílias?.....	2
3. A família como significado linguístico e como instituto na história...	10
4. Personalidade jurídica e família.....	17
5. A família e a eficácia horizontal dos direitos fundamentais.....	21
6. Direito de família: direito público x direito privado	24
7. A família em uma perspectiva civil-constitucional.....	26
8. O direito de família e a codificação civil brasileira.....	28
9. As perspectivas ilimitadas do direito de família	34

Capítulo II
Perspectiva Princiológica do Direito de Família

1. Introdução	37
2. A dificuldade de uma sistematização principiológica do direito de família	38
3. Princípios gerais (aplicáveis ao direito de família).....	39
3.1. Princípio da dignidade da pessoa humana.....	39
3.2. Princípio da igualdade.....	43
3.3. Princípio da vedação ao retrocesso	51
4. Princípios especiais (peculiares ao direito de família)	53
4.1. Princípio da afetividade.....	53
4.2. Princípio da solidariedade familiar	59
4.3. Princípio da proteção ao idoso	61

4.4. Princípio da função social da família	64
4.5. Princípio da plena proteção das crianças e adolescentes	65
4.6. Princípio da convivência familiar	68
4.7. Princípio da intervenção mínima do estado no direito de família	69
4.8. Seria a monogamia um princípio?	71
5. Considerações finais sobre a principiologia do direito de família	73

Capítulo III

Considerações Introdutórias sobre o Casamento

1. Introdução ao casamento	75
2. O casamento na história	76
3. Conceito e natureza jurídica	79
4. A matemática do casamento	83
5. Tipologia básica do casamento: civil e religioso com efeitos civis	88

Capítulo IV

A Promessa de Casamento (Esponsais)

1. Introdução: “ficada”, namoro e noivado	97
2. Responsabilidade civil por ruptura do noivado	101
3. Noivado e união estável	104
4. Doação em contemplação a casamento futuro	105

Capítulo V

Formas Especiais de Casamento

1. Introdução	109
2. Tipologia especial do casamento	109
2.1. Casamento por procuração	110
2.2. Casamento nuncupativo	116
2.3. Casamento em caso de moléstia grave	120
2.4. Casamento celebrado fora do país, perante autoridade diplomática brasileira	121
2.5. Casamento celebrado fora do país, perante autoridade estrangeira	124

Capítulo VI

Capacidade para o Casamento. Habilitação e Celebração Matrimonial

1. Introdução	127
2. Capacidade para o casamento	127
2.1. Autorização para o casamento do menor de 18 anos	130
2.2. Antecipação da idade núbil	131
3. Habilitação para o casamento	132
3.1. Requerimento da habilitação	133
3.2. Edital de proclamas	134
3.3. Oposição à habilitação	134
3.4. Certificação da habilitação	135
4. Celebração do casamento	136

Capítulo VII

Prova do Casamento

1. Introdução	147
2. A certidão de casamento como meio prioritário de prova	147
3. Posse do estado de casadas	151

Capítulo VIII

Plano de Existência do Casamento

1. Introdução	155
2. Noções gerais do plano de existência do negócio jurídico	157
2.1. Manifestação de vontade (consentimento)	159
2.2. Sobre a diversidade de sexos	162
2.3. Celebração por autoridade materialmente competente	169

Capítulo IX

Plano de Validade do Casamento: Introdução e Impedimentos Matrimoniais — O Casamento Nulo

1. Introdução	175
2. Conceito e tratamento legal	176
3. Análise do art. 1.521 do Código Civil: impedimentos matrimoniais	180

3.1. Casamento entre parentes em linha reta.....	181
3.2. Casamento entre afins em linha reta.....	182
3.3. Casamento entre o adotante com quem foi cônjuge do adotado e do adotado com quem o foi do adotante.....	183
3.4. Casamento entre colaterais.....	184
3.5. Casamento entre o adotado e o filho do adotante.....	187
3.6. Casamento entre as pessoas casadas.....	187
3.7. Casamento entre o cônjuge sobrevivente com o condenado por homicídio ou tentativa de homicídio contra o seu consorte ...	189
3.8. Casamento entre adúlteros.....	190
4. Oposição dos impedimentos.....	191
5. Notas sobre os impedimentos matrimoniais no estatuto das famílias.....	191
6. Efeitos jurídicos do casamento nulo.....	192

Capítulo X

Plano de Validade do Casamento: Causas de Anulação do Casamento — O Casamento Anulável

1. Introdução.....	195
2. Causas de anulabilidade no Código Civil de 1916.....	195
3. Causas de anulabilidade no Código Civil de 2002.....	196
3.1. Nubente que não completou a idade mínima para casar.....	197
3.2. Nubente em idade núbil sem autorização para o casamento... ..	197
3.3. Vícios de vontade.....	198
3.3.1. Da omissão legal de referência a outros vícios de consentimento.....	198
3.3.2. Do erro essencial sobre a pessoa de um dos cônjuges.. ..	199
3.3.2.1. Quanto à identidade, honra e boa fama.....	202
3.3.2.2. Quanto à existência de cometimento de crime.....	205
3.3.2.3. Quanto à existência de defeito físico irremediável que não caracterize deficiência ou patologia transmissível.....	205
3.3.2.4. Hipóteses não mais caracterizadoras de erro essencial.....	206
3.3.3. Da coação.....	208
3.4. Nubente incapaz de consentir ou de manifestar o seu consentimento.....	211
3.5. Revogação do mandato no casamento por procuração.....	211

3.6. Incompetência da autoridade celebrante.....	213
4. Prazo e legitimação para anulação do casamento.....	213
5. Efeitos jurídicos do casamento anulável.....	215
5.1. Convalescimento do casamento anulável.....	216
5.2. Natureza jurídica da sentença anulatória do casamento.....	217
5.3. Consequências jurídicas da anulação do casamento.....	217

Capítulo XI

Plano de Validade do Casamento: Casamento Putativo

1. Introdução.....	219
2. Casamento putativo e princípio da boa-fé.....	220
3. Conceito e tratamento legal.....	223
4. Reconhecimento da putatividade.....	225
5. Efeitos jurídicos do casamento putativo.....	226
5.1. Casamento inválido (putativo) contraído de boa-fé por ambos os cônjuges.....	226
5.2. Casamento inválido (putativo) contraído de boa-fé por um dos cônjuges.....	228

Capítulo XII

Plano de Eficácia do Casamento: Deveres Matrimoniais e Causas Suspensivas do Casamento

1. Introdução.....	231
2. Eficácia jurídica do casamento: deveres matrimoniais.....	232
3. Os deveres matrimoniais e o Código Civil: introdução.....	234
3.1. Breves considerações sobre o nome de casado.....	236
3.2. A importância do planejamento familiar como decisão do casal, com o apoio do estado.....	238
4. Os deveres matrimoniais típicos no Código Civil.....	242
4.1. Fidelidade recíproca.....	242
4.1.1. Caracterização da ruptura do dever de fidelidade.....	244
4.1.2. Tipologia especial do adultério.....	248
4.2. Vida em comum no domicílio conjugal (dever de coabitação).....	252
4.2.1. A natureza jurídica do “débito conjugal” e a consequência do seu descumprimento.....	253

4.3. Mútua assistência.....	255
4.4. Sustento, guarda e educação dos filhos.....	257
4.5. Dever de respeito e consideração mútuos.....	258
5. Causas suspensivas do casamento.....	258
5.1. Noções gerais.....	258
5.2. Casamento do(a) viúvo(a), com filhos do falecido, pendentes inventário e partilha.....	260
5.3. Casamento da viúva ou de mulher cujo casamento tenha sido nulo ou anulado, antes do decurso de dez meses.....	260
5.4. Casamento do(a) divorciado(a), pendente a partilha dos bens do casal.....	261
5.5. Casamento do(a) tutor(a), curador(a) ou seus parentes com a pessoa tutelada ou curatelada.....	262
5.6. Arguição das causas suspensivas.....	262
5.7. Consequências jurídicas da verificação de causas suspensivas.....	263

Capítulo XIII

Regime de Bens do Casamento: Noções Introdutórias Fundamentais

1. Introdução.....	265
2. Conceito e principiologia.....	266
3. Pacto antenupcial.....	267
4. Autorização conjugal (“outorga uxória” e “outorga marital”).....	270
5. Regimes de bens no direito civil brasileiro.....	277
6. Regime legal supletivo.....	278
7. Regime legal obrigatório.....	280
8. Mudança de regime de bens do casamento.....	286
9. Administração dos bens no casamento.....	292

Capítulo XIV

Regime de Bens do Casamento: Comunhão Parcial de Bens

1. Introdução e supletividade.....	295
2. Conceito.....	297
3. Bens excluídos da comunhão.....	297
3.1. Bens que cada cônjuge possuir ao casar, e os que lhe sobrevierem, na constância do casamento, por doação ou sucessão, e os sub-rogados em seu lugar.....	298

3.2. Bens adquiridos com valores exclusivamente pertencentes a um dos cônjuges em sub-rogação dos bens particulares.....	299
3.3. Obrigações anteriores ao casamento.....	299
3.4. Obrigações provenientes de atos ilícitos, salvo reversão em proveito do casal.....	300
3.5. Bens de uso pessoal, os livros e instrumentos de profissão.....	300
3.6. Os proventos do trabalho pessoal de cada cônjuge.....	301
3.7. Pensões, meios-soldos, montepios e outras rendas semelhantes.....	304
3.8. Bens cuja aquisição tiver por título uma causa anterior ao casamento.....	304
4. Bens incluídos na comunhão.....	306
4.1. Bens adquiridos na constância do casamento por título oneroso, ainda que só em nome de um dos cônjuges.....	306
4.2. Bens adquiridos por fato eventual, com ou sem o concurso de trabalho ou despesa anterior.....	307
4.3. Bens adquiridos por doação, herança ou legado, em favor de ambos os cônjuges.....	307
4.4. Benfeitorias em bens particulares de cada cônjuge.....	307
4.5. Frutos dos bens comuns ou dos particulares de cada cônjuge, percebidos na constância do casamento, ou pendentes ao tempo de cessar a comunhão.....	309
5. Administração do patrimônio no regime da comunhão parcial de bens.....	310

Capítulo XV

Regime de Bens do Casamento: Comunhão Universal de Bens

1. Introdução.....	313
2. Conceito.....	314
3. Bens excluídos da comunhão.....	315
3.1. Bens doados ou herdados com a cláusula de incomunicabilidade (e os sub-rogados em seu lugar).....	315
3.2. Bens gravados de fideicomisso e o direito do herdeiro fideicomissário, antes de realizada a condição suspensiva.....	316
3.3. Dívidas anteriores ao casamento, salvo se provierem de despesas com seus aprestos, ou reverterem em proveito comum.....	317
3.4. Doações antenupciais feitas por um dos cônjuges ao outro com a cláusula de incomunicabilidade.....	317

3.5. Bens referidos nos incisos v a vii do art. ... 1.659 (Exclusão da comunhão parcial)	319
3.6. Outras hipóteses não codificadas	320
4. Tratamento jurídico da administração dos bens	320
5. Extinção da comunhão.....	321

Capítulo XVI

Regime de Bens do Casamento: Separação Convencional de Bens

1. Introdução	323
2. Conceito.....	323
3. Reflexos da separação convencional de bens no direito das sucessões.....	325
4. Administração das despesas do casal na separação convencional....	330

Capítulo XVII

Regime de Bens do Casamento: Participação Final nos Aquestos

1. A previsão do regime de participação final nos aquestos como reconhecimento da superação do regime dotal no ordenamento jurídico brasileiro	333
2. Antecedentes históricos e conceito.....	335
3. Diferenciação para os regimes da comunhão parcial e da separação de bens.....	336
4. A matemática do regime	339
5. As dívidas no regime de participação final nos aquestos	342
6. A dissolução da sociedade conjugal e o regime de participação final nos aquestos	343

Capítulo XVIII

Bem de Família

1. Análise topológica da disciplina normativa do bem de família legal	345
2. Antecedentes históricos	346
3. Conceito e classificação do bem de família.....	347
4. Fundamentação normativa do bem de família	348

5. Disciplina jurídica do bem de família voluntário.....	350
5.1. Características do bem de família voluntário.....	351
5.2. Constituição do bem de família voluntário	351
5.3. Extinção do bem de família voluntário	353
6. Disciplina jurídica do bem de família legal.....	354
7. Exceções à impenhorabilidade do bem de família	356
8. Direito intertemporal e a tutela do bem de família.....	361

Capítulo XIX

União Estável

1. Introdução	363
2. A saga da união estável no Brasil: do concubinato proibido à valorização constitucional.....	365
2.1. Rejeição (ausência de tutela)	366
2.2. Tolerância (tutela de natureza previdenciária)	368
2.3. Aceitação como fato social (tutela de natureza obrigacional)..	371
2.4. Valorização (prestígio constitucional).....	372
3. A constituição federal de 1988 e a união estável.....	373
3.1. Considerações terminológicas.....	373
3.2. A inexistência de hierarquia entre modalidades de família.....	374
4. Conceito de união estável	377
5. Breve notícia do tratamento da matéria no direito estrangeiro.....	381
6. Tratamento jurídico da matéria antes do Código Civil de 2002	383
7. Conceito de união estável no Código Civil de 2002 e seus elementos caracterizadores	386
7.1. Dualidade de sexos	386
7.2. Elementos caracterizadores essenciais	387
7.2.1. Publicidade.....	387
7.2.2. Continuidade	387
7.2.3. Estabilidade	388
7.2.4. Objetivo de constituição de família.....	388
7.3. Elementos caracterizadores acidentais (tempo, prole e coabitação)...	393
8. Impedimentos para a configuração da união estável	396
9. Efeitos pessoais da união estável: direitos e deveres dos companheiros ...	399
10. Efeitos patrimoniais da união estável: regime de bens	401
11. Conversão da união estável em casamento	411
12. Estatuto das famílias e a união estável	412

Capítulo XX
Concubinato e Direitos do(a) Amante

1. Introdução	415
2. As relações paralelas de afeto	416
3. O poliamorismo e a fidelidade	417
4. Relação jurídica de concubinato e direitos do(a) amante	420
5. O(a) amante e os tribunais	425
6. Conclusões e conselho	427

Capítulo XXI
União Homoafetiva

1. Introdução	429
2. Terminologia e conceito	430
3. Notícias do direito estrangeiro	437
4. Tratamento legal	440
5. Registro administrativo das parcerias civis	447
6. Efeitos jurídicos decorrentes da união homoafetiva	450
6.1. Efeitos pessoais: direitos e deveres recíprocos	451
6.2. Efeitos patrimoniais: alimentos, regime de bens e direito sucessório	453
6.2.1. Alimentos	453
6.2.2. Regime de bens	456
6.2.3. Direito sucessório	457
7. Adoção por casais homoafetivos	459
8. Estatuto das famílias e a união homoafetiva	463

Capítulo XXII
Família Monoparental

1. Introdução	465
2. Conceito jurídico e classificação	465
3. Importância social da família monoparental	466
4. Institutos análogos	469
5. Tutela jurídica	471
6. Extinção da família monoparental	472

Capítulo XXIII
O Divórcio como Forma de Extinção do Vínculo Conjugal

1. Introdução	473
2. Formas de extinção do vínculo conjugal	475
2.1. Conceito de divórcio	476
2.2. A morte como forma de extinção do vínculo conjugal	476
2.3. Invalidade do casamento	481
3. Fases históricas do divórcio no brasil	481
3.1. Indissolubilidade absoluta do vínculo conjugal (ausência de divórcio)	482
3.2. Possibilidade jurídica do divórcio, com imprescindibilidade da separação judicial como requisito prévio	487
3.3. Ampliação da possibilidade do divórcio, seja pela conversão da separação judicial, seja pelo seu exercício direto	489
3.4. O divórcio como o exercício de um direito potestativo	490
4. A matemática do divórcio	491
5. Tratamento jurídico atual do divórcio no brasil	494
5.1. Um pouco da história da emenda constitucional n. 66/2010	495
5.2. Objeto da emenda	500
5.2.1. Extinção da separação judicial	501
5.2.2. Extinção do prazo de separação de fato para o divórcio	511
6. O divórcio extrajudicial	514
7. O divórcio judicial	522
7.1. Algumas palavras sobre o divórcio judicial indireto	524
7.2. Sobre o divórcio judicial direto	524
7.3. Fundamento do divórcio judicial litigioso	526
8. Considerações sobre a derrocada da culpa no divórcio	527
9. A subsistência jurídica da separação de corpos	533
10. Uso do nome pós-divórcio	536

Capítulo XXIV
Guarda de Filhos

1. Introdução	541
2. Poder familiar	541
2.1. Noções conceituais	541

2.2. Exercício do poder familiar	542
2.3. Usufruto e administração dos bens de filhos menores	544
2.4. Extinção, suspensão e destituição do poder familiar	546
3. Reflexões acerca da limitação estatal sobre a forma de educação de filhos (lei da “palmada”).....	548
4. Guarda de filhos.....	552
5. Alienação parental.....	561

Capítulo XXV Filiação

1. Introdução	569
2. A importância do princípio da igualdade na filiação e o princípio específico da veracidade da filiação.....	569
3. Reconhecimento voluntário	571
4. Reconhecimento judicial	578
4.1. Noções gerais.....	578
4.2. Ação de investigação de paternidade	579
4.3. Paternidade socioafetiva e posse do estado de filho.....	586
4.4. Paternidade alimentar.....	591
4.5. Paternidade biológica x direito à ascendência genética	592
4.6. Multiparentalidade.....	594
4.7. Coparentalidade	599
5. Parto anônimo	600
6. Considerações finais.....	602

Capítulo XXVI Parentesco

1. Considerações introdutórias.....	603
2. Conceito jurídico de parentesco.....	603
3. Visão classificatória do parentesco.....	604
3.1. Classificação do parentesco quanto à natureza.....	604
3.1.1. Parentesco natural.....	605
3.1.2. Parentesco civil.....	606
3.1.3. Parentesco por afinidade	607
3.1.3.1. Limitação do parentesco por afinidade	607

3.1.3.2. Equivalência não importa em igualdade de tratamento.....	608
3.2. Classificação do parentesco quanto a linhas	608
3.2.1. Parentesco em linha reta	609
3.2.2. Parentesco em linha colateral.....	609
3.3. Classificação do parentesco quanto a graus.....	610
4. Persistência do parentesco por afinidade, na linha reta, após a dissolução do casamento ou união estável.....	611
5. Restrições legais decorrentes do parentesco	612
5.1. Restrições legais decorrentes do parentesco em linha reta.....	612
5.2. Restrições legais decorrentes do parentesco em linha colateral	612
5.3. Restrições decorrentes da natureza do parentesco	613

Capítulo XXVII Adoção

1. Introdução	615
2. Natureza jurídica e conceito	615
3. Tratamento jurídico.....	617
3.1. Lei básica reguladora da adoção.....	617
3.2. Legitimados para a adoção.....	619
3.3. O consentimento na adoção	626
3.4. Efeitos jurídicos da adoção	627
4. Direito à ascendência genética.....	629
5. Adoção internacional.....	630
6. Responsabilidade civil por desistência na adoção	632
6.1. Desistência ocorrida durante o estágio de convivência em sentido estrito.....	633
6.2. Desistência no âmbito da guarda provisória para fim de adoção....	635
6.3. Desistência depois do trânsito em julgado da sentença de adoção....	636

Capítulo XXVIII Alimentos

1. Introdução	639
2. Terminologia e conceito.....	639
3. Pressupostos e critérios de fixação.....	640

4. Legitimação e características da obrigação alimentar.....	643
5. Classificações	649
6. A culpa em sede de alimentos.....	653
7. A prisão do devedor de alimentos	657
8. Alimentos gravídicos.....	662
9. Revisão, exoneração e extinção dos alimentos.....	663

Capítulo XXIX

Tutela, Curatela e Tomada de Decisão Apoiada

1. Noções introdutórias	669
2. Distinção conceitual de tutela e curatela.....	669
3. Tutela	670
3.1. Sujeitos da tutela.....	671
3.1.1. Tutores	671
3.1.2. Tutelados	673
3.1.3. Da incapacidade para o exercício da tutela.....	674
3.1.4. Da escusa da tutela.....	676
3.2. Objeto da tutela	677
3.2.1. Exercício da tutela.....	678
3.2.1.1. Atos sem prévio controle judicial	678
3.2.1.2. Atos dependentes de controle judicial.....	680
3.2.1.3. Responsabilidade na tutela.....	680
3.2.2. Os bens do tutelado.....	682
3.2.3. Prestação de contas	683
3.3. Cessação da tutela.....	685
4. Curatela.....	685
4.1. Sujeitos da curatela.....	686
4.1.1. Curadores	686
4.1.2. Curatelados	687
4.1.3. Da curatela do nascituro	689
4.2. Alguns aspectos processuais da curatela.....	690
5. Tomada de decisão apoiada.....	691

Capítulo XXX

Responsabilidade Civil nas Relações Familiares

1. Introdução e motivação do capítulo.....	695
--	-----

2. Relembrando conceitos fundamentais de responsabilidade civil.....	695
3. Competência para julgamento das a�oes de responsabilidade civil em matéria de rela�oes de família.....	697
4. Casuística da responsabilidade civil nas rela�oes familiares	698
4.1. Abandono afetivo.....	698
4.2. Trai�o	708
4.3. Rompimento de rela�o (namoro, noivado, união estável e casamento).....	714
4.4. Outras hipóteses de conflitos familiares	715
5. Advertência final e convite.....	718

<i>Referências</i>	719
--------------------------	-----